



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

Referência nº 8503967-75.2016.8.06.0026

**Interessado: Cartório do 2º Ofício de Notas e Protesto de Títulos da
Comarca de Fortaleza/CE**

Assunto: Compensação de créditos

PARECER Nº 26/2017 – INSP/CGJCE

Excelentíssimo Senhor Desembargador Corregedor,

Cuidam os autos de requerimento administrativo formulado pelo Cartório do 2º Ofício de Notas e Protesto de Títulos da Comarca de Fortaleza/CE com a finalidade de solucionar pendência de parcelamento de dívida perante esta Corte de Justiça.

A pretensão teve seu nascedouro a partir de denúncia do Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil (IEPTB) – Seccional do Ceará, afirmando haver pendências relativamente ao repasse dos valores dos títulos distribuídos ao Cartório do 2º Ofício de Notas e Protestos de Fortaleza, o qual estaria recebendo os valores dos títulos protestados sem o respectivo repasse, o que ocasionou a suspensão o envio de títulos a toda a praça de Fortaleza/CE, prejudicando sobremaneira os demais cartórios de distribuição e protestos dessa Comarca.

A partir disso, em solução adotada pelo então Corregedor-Geral da Justiça, Desembargador Francisco Sales Neto, chegou-se à conclusão de que seria necessária a intervenção da serventia extrajudicial, pois do contrário o prejuízo perante as demais serventias seria irreparável. Dessa forma, em despacho exarado às fls. 212/214, em decisão datada de 18 de dezembro de 2013, nos autos do Processo Administrativo nº

8501876-17.2013.8.06.00026, determinou-se o afastamento do titular Sr. Cláudio Martins, nomeando-se como interventor o Sr. Germano Francisco de Almeida. Passados poucos meses, houve a substituição no gestor, conforme Portaria nº 42/2014, a qual designou o Sr. José Iran Ribeiro Sobrinho, aos 27 dias do mês de março de 2014, com o respectivo Termo de Investidura em 07 de abril de 2014 (fls. 350 do proc. adm. *supra*).

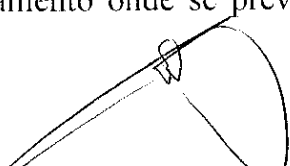
Deve-se salientar, ademais, que a inspeção realizada pela Auditoria desta Corregedoria (atual Inspecção), incidente sobre o período de 2009 a julho de 2013, apontou uma omissão no recolhimento de valores relativos ao FERMOJU da ordem de pouco mais de seiscentos mil reais. Ademais, após a finalização da intervenção, interrompida através de medida judicial, a própria serventia optou por realizar auditoria interna, por ela mesmo contratada, a fim de verificar a procedência dos valores levantados pela Corregedoria. Dessa vez, entretanto, o período de apuração foi maior, dado que também houve a inclusão do interregno até meados de 2014.

Ao final do procedimento interno, a unidade cartorária obteve o valor de R\$800.251,64 (oitocentos mil, duzentos e cinquenta e um reais e sessenta e quatro centavos). A partir desse número, o delegatário confessou o débito e solicitou o parcelamento de toda a quantia, o que seria feito em 24 meses, momento em que o causídico obteve o termo de parcelamento e guardou consigo, a fim de apresentá-lo ao delegatário (que residia no exterior) para que devolvesse com a devida assinatura.

Empos, não obstante tivesse havido a mencionada devolução, o Cartório Martins passou a adimplir mês a mês as parcelas do “financiamento”, o que indicou o reconhecimento integral da dívida ali estampada.

Depois de algumas parcelas pagas, ocorreu o atraso de pagamento, o que motivou a suspensão no fornecimento de selos. À época alegou o delegatário que parte da dívida confessada seria de responsabilidade do interventor.

O impasse foi resolvido pela inclusão de uma cláusula no instrumento de parcelamento onde se previu a possibilidade de abatimento de valores caso constatada



omissão do interventor no adimplemento de valores devidos ao FERMOJU, no período em que o titular esteve afastado da serventia.

A inserção de uma cláusula condicional no instrumento, cumpre destacar, à primeira análise, parece afrontar o dever de vinculação ao ato normativo – Resolução nº 02/2014, onde não prevista tal possibilidade. Dessa forma, não se pode admitir mácula ao princípio da legalidade, o que, ao reger as atividades da Administração Pública, estabelece que qualquer ato ou contrato administrativo deve estar explicitamente previsto em lei para ter validade.

Entretanto, indubitavelmente grave a alegação/indicação de desídia do interventor nomeado, o que reclama detida apuração em auditoria no período questionado.

Pugna o delegatário, outrossim, conforme proposta de quitação de dívida acostada às fls. 134/136 dos presentes, pela concessão de desconto para a quitação do saldo devedor, vez que em atraso três parcelas. Entendemos que não assiste ao Corregedor a prerrogativa de outorgar redução sobre o valor pactuado, até porque, como dito antes, não apurada eventual responsabilidade do interventor, decorrente de alegada omissão no recolhimento ao FERMOJU.

Ratificamos o posicionamento já externado seguidas vezes por essa Corregedoria, desde o parecer de fls. 4769/4773, do Proc. Adm. Nº 8502793-02.2014.8.06.0026, de lavra da Dra. Mirian Porto Mota Randal Pompeu, no sentido de que o levantamento das restrições, inclusive o fornecimento de selos e acesso aos sistemas do FERMOJU (art. 9º, da Resolução nº 02/2014) resta condicionado ao fiel cumprimento das obrigações do delegatário para com o Tribunal de Justiça, ou seja, imprescindível a regularização do débito atrasado constante de acordo de parcelamento firmado.

Informo à Vossa Excelência, por oportuno, que se tem programada inspeção ao Cartório do 2º Ofício de Notas e Protesto de Títulos da Comarca de

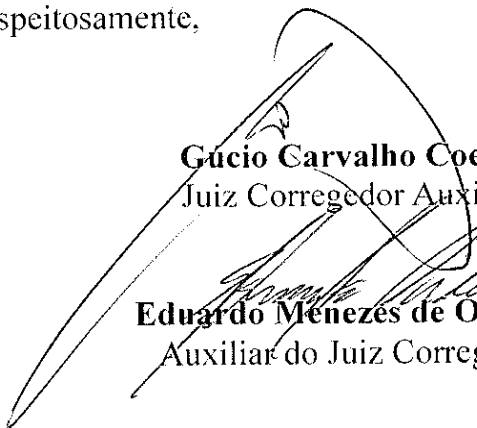


Fortaleza/CE, marcada para o dia 30 de outubro do corrente ano (segunda-feira).

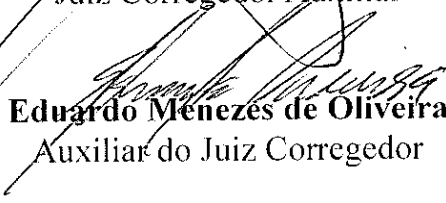
É a manifestação, s.m.j., que submetemos à superior consideração de Vossa Excelência.

Fortaleza (CE), 18 de outubro de 2017

Respeitosamente,



Gúcio Carvalho Coelho
Juiz Corregedor Auxiliar


Eduardo Menezes de Oliveira
Auxiliar do Juiz Corregedor



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA
GABINETE DO CORREGEDOR**

Referência: 8503967-75.2016.8.06.0026

Assunto: Compensação de Créditos

Interessado: Cartório do 2º Ofício de Notas e Protesto de Títulos da Comarca de Fortaleza/CE

DECISÃO/OFÍCIO Nº 5392 / 2017/CGJCE

Trata-se de de Requerimento Administrativo formulado pelo Cartório do 2º Ofício de Notas e Protesto de Títulos da Comarca de Fortaleza/CE (Cartório Martins), com o fito de solucionar pendência de parcelamento de débitos perante o egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.

De plano, percebe-se que tal feito se reporta a outro, que lhe é predecessor, a saber, o Processo nº 8504357-60.2015.8.06.0000, no qual é apurado o valor do débito de emolumentos não repassados pela respectiva serventia (Certidão, fl. 42).

Às fls. 134/138, restou acostada proposta de quitação da dívida.

Nesta perspectiva, colhe-se a análise bem circunstanciada da demanda sob a ótica do Parecer (fls. 144/147) elaborado pelo douto Juiz Corregedor Auxiliar **Gúcio Carvalho Coelho**, cujos termos bem lançados passo a transcrever:

(...) A pretensão teve seu nascedouro a partir de denúncia do Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil (IEPTB) – Seccional do Ceará, afirmando haver pendências relativamente ao repasse dos valores dos títulos distribuídos ao Cartório do 2º Ofício de Notas e Protestos de Fortaleza, o qual estaria recebendo os valores dos títulos protestados sem o respectivo repasse, o que ocasionou a suspensão o envio de títulos a toda a praça de Fortaleza/CE, prejudicando sobremaneira os demais cartórios de distribuição e protestos dessa Comarca.

A partir disso, em solução adotada pelo então Corregedor-Geral da Justiça, Desembargador Francisco Sales Neto, chegou-se à conclusão de que seria necessária a intervenção da serventia extrajudicial, pois do contrário o prejuízo perante as demais serventias seria irreparável. Dessa forma, em despacho exarado às

fls. 212/214, em decisão datada de 18 de dezembro de 2013, nos autos do Processo Administrativo nº 8501876-17.2013.8.06.00026, determinou-se o afastamento do titular Sr. Cláudio Martins, nomeando-se como interventor o Sr. Germano Francisco de Almeida. Passados poucos meses, houve a substituição no gestor, conforme Portaria nº 42/2014, a qual designou o Sr. José Iran Ribeiro Sobrinho, aos 27 dias do mês de março de 2014, com o respectivo Termo de Investidura em 07 de abril de 2014 (fls. 350 do proc. adm. *supra*).

Deve-se salientar, ademais, que a inspeção realizada pela Auditoria desta Corregedoria (atual Inspetoria), incidente sobre o período de 2009 a julho de 2013, apontou uma omissão no recolhimento de valores relativos ao FERMOJU da ordem de pouco mais de seiscentos mil reais. Ademais, após a finalização da intervenção, interrompida através de medida judicial, a própria serventia optou por realizar auditoria interna, por ela mesmo contratada, a fim de verificar a procedência dos valores levantados pela Corregedoria. Dessa vez, entretanto, o período de apuração foi maior, dado que também houve a inclusão do interregno até meados de 2014.

Ao final do procedimento interno, a unidade cartorária obteve o valor de R\$800.251,64 (oitocentos mil, duzentos e cinquenta e um reais e sessenta e quatro centavos). A partir desse número, o delegatário confessou o débito e solicitou o parcelamento de toda a quantia, o que seria feito em 24 meses, momento em que o causídico obteve o termo de parcelamento e guardou consigo, a fim de apresentá-lo ao delegatário (que residia no exterior) para que devolvesse com a devida assinatura.

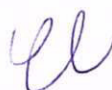
Empós, não obstante tivesse havido a mencionada devolução, o Cartório Martins passou a adimplir mês a mês as parcelas do "financiamento", o que indicou o reconhecimento integral da dívida ali estampada.

Depois de algumas parcelas pagas, ocorreu o atraso de pagamento, o que motivou a suspensão no fornecimento de selos. À época alegou o delegatário que parte da dívida confessada seria de responsabilidade do interventor.

O impasse foi resolvido pela inclusão de uma cláusula no instrumento de parcelamento onde se previu a possibilidade de abatimento de valores caso constatada omissão do interventor no adimplemento de valores devidos ao FERMOJU, no período em que o titular esteve afastado da serventia.

A inserção de uma cláusula condicional no instrumento, cumpre destacar, à primeira análise, parece afrontar o dever de vinculação ao ato normativo – Resolução nº 02/2014, onde não prevista tal possibilidade. Dessa forma, não se pode admitir mácula ao princípio da legalidade, o que, ao reger as atividades da Administração Pública, estabelece que qualquer ato ou contrato administrativo deve estar explicitamente previsto em lei para ter validade.

Entretanto, indubitavelmente grave a alegação/indicação de desídia do interventor nomeado, o que reclama detida apuração em auditoria no período questionado.



Pugna o delegatário, outrossim, conforme proposta de quitação de dívida acostada às fls. 134/136 dos presentes, pela concessão de desconto para a quitação do saldo devedor, vez que em atraso três parcelas. Entendemos que não assiste ao Corregedor a prerrogativa de outorgar redução sobre o valor pactuado, até porque, como dito antes, não apurada eventual responsabilidade do interventor, decorrente de alegada omissão no recolhimento ao FERMOJU.

Ratificamos o posicionamento já externado seguidas vezes por essa Corregedoria, desde o parecer de fls. 4769/4773, do Proc. Adm. Nº 8502793-02.2014.8.06.0026, de lavra da Dra. Mirian Porto Mota Randal Pompeu, no sentido de que o levantamento das restrições, inclusive o fornecimento de selos e acesso aos sistemas do FERMOJU (art. 9º, da Resolução nº 02/2014) resta condicionado ao fiel cumprimento das obrigações do delegatário para com o Tribunal de Justiça, ou seja, imprescindível a regularização do débito atrasado constante de acordo de parcelamento firmado.

Informo à Vossa Excelência, por oportuno, que se tem programada inspeção ao Cartório do 2º Ofício de Notas e Protesto de Títulos da Comarca de Fortaleza/CE, marcada para o dia 30 de outubro do corrente ano (segunda-feira).

É a manifestação, s.m.j., que submetemos à superior consideração de Vossa Excelência. **(grifos nossos)**

Ressoa, a meu entendimento, que o pleito constante do procedimento *sub oculi* não merece prosperar, conforme as explanações destacadas pelo nobre Parecerista.

Diante do exposto, acolho integralmente as fundamentações e conclusões consignadas pelo ilustre Juiz Corregedor, cujas razões incorporo ao vertente decisório, para **INDEFERIR** a proposta de quitação apresentada pelo requerente, em razão da impossibilidade de redução, nesta quadra, do montante pactuado quando do parcelamento do débito em questão.

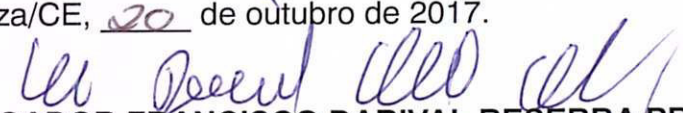
Dê-se ciência do conteúdo desta Decisão ao interessado e à douta Presidência do Tribunal de Justiça, para as providências que entender cabíveis.

Empós, arquivem-se.

Cópia deste decisório servirá como ofício.

À Diretoria-Geral para o expediente necessário.

Fortaleza/CE, 20 de outubro de 2017.


DESEMBARGADOR FRANCISCO DARIVAL BESERRA PRIMO
Corregedor-Geral da Justiça